



VOL. 5 | N. 10 | JUL/DEZ DE 2019 | ISSN 2359-4489

CATOLICISMO, PODER E SOCIEDADE



FACES DE CLIO

A Igreja Católica e o Movimento de Recatolização no Início do século XX

Allan Felipe Santana Fernandes

[Especialista em História Social e Cultural do Brasil pelas Faculdades Integradas Campo-Grandenses – FIC/ FEUC – RJ. E-mail: allan.fernandes.clio@gmail.com]

Resumo: Nosso texto discorre sobre a Igreja Católica no contexto político das décadas de 1920 e 1930. Neste período os debates contra a laicidade do Estado tomam força. A Igreja Católica mobilizou intelectuais leigos a liderarem o combate ao anticlericalismo e comunismo crescentes. Nossa discussão envolve o movimento de Recatolização no Brasil, a crise dos anos 1920, a ascensão de Vargas ao poder e culmina com os Levantes comunistas de 1935. Foi nesse contexto turbulento que a Igreja Católica conseguiu mobilizar seus fiéis intelectuais para combater o anticlericalismo e o comunismo.

Palavras-chave: Movimento de Recatolização, anticlericalismo, anticomunismo.

The Catholic Church and the Movement of Recatolization at the beginning of the XX century

Abstract: Our text discusses the Catholic Church in the political context of the 1920s and 1930s. During this period the debates against the laity of the state take force. The Catholic Church mobilized lay intellectuals to lead the fight against growing anticlericalism and communism. Our discussion involves the recatolization movement in Brazil, the crisis of the 1920s, the rise of Vargas to power and culminating with the communist Levantes of 1935. It was in this turbulent context that the Catholic Church managed to mobilize its intellectual believers to combat anticlericalism and communism.

Keywords: Recatolization Movement, anticlericalismo, anticommunism.

Introdução

Os debates entre eclesiásticos e intelectuais no Brasil da primeira metade do século XX foram essenciais para a legitimação dos movimentos religiosos, principalmente as ações que defendiam a recatolização da sociedade brasileira. No presente texto, discutiremos o contexto em que esses debates estavam inseridos, bem como os frutos desses diálogos.

Segundo Carlos André Silva Moura, estes debates abordaram temáticas socioculturais que propunham a sacralização da política e a politização do clero, estreitando as afinidades entre o espaço político e o espaço religioso. O movimento de eclesiásticos e intelectuais conservadores na busca pela reativação do poder da Igreja Católica Romana ficou conhecido como Restauração Católica.¹

A Restauração Católica foi um movimento que se fortaleceu nos primeiros anos do século XX, liderado pelo Vaticano com o objetivo de organizar a reação do clero aos projetos que defendiam a laicização em vários países, incluindo o Brasil. Constituições republicanas, decretos e leis que defendiam a separação entre o Estado e a Igreja, a exemplo do Decreto 119-A de 1890, da Constituição Brasileira de 1891, eram amplamente criticados pelos líderes da recatolização, que combatiam os textos que defendiam a independência dos dois poderes.²

De acordo com Riolando Azzi, no Brasil as ideias de recatolização se fundamentaram com a publicação da *Carta Pastoral Saudando a sua Arquidiocese*, escrita por Dom Sebastião Leme (1882-1942) em 1916, quando o bispo assumiu a Arquidiocese de Olinda³. Todavia, os projetos de restauração do poder político da Igreja Católica ganharam força em várias regiões do país a partir de 1922, com a criação do Centro Dom Vital, o fortalecimento das publicações da revista *A Ordem*, a reação dos intelectuais conservadores e eclesiásticos à Semana de Arte Moderna de 1922 e a fundação do Partido Comunista Brasileiro, no mesmo ano.⁴

De acordo com Moura, os debates sobre a reação dos membros da Igreja Católica à laicização do Estado iniciaram com os Congressos Católicos em Salvador (1900) e no Recife (1902), que visavam à mobilização do clero e de fiéis nas áreas da educação, jornalismo e sindicalismo. As movimentações continuaram com o lançamento do livro *A Situação Atual da*

¹ MOURA, 2012, p.16.

² MOURA, 2012, p.16.

³ Estamos nos referindo a Arquidiocese de Olinda, pois a circunscrição religiosa só se tornou Arquidiocese de Olinda e Recife em 1917 (cf. MOURA, 2012, p.16).

⁴ Cf. AZZI, 1994.

Religião no Brasil em 1910⁵, de autoria do padre Desidério Deschand. Os eventos foram fundamentais para estruturar os escritos de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, principal articulador do movimento de Restauração Católica, que agregou membros das diversas áreas da sociedade.⁶

Desde os escritos do Papa Leão XIII (1878-1903), as cartas pastorais, as encíclicas e as bulas passaram a orientar os religiosos para a sacralização da política e para a mudança de postura dos eclesiásticos em relação aos movimentos sociais, abandonando a posição defensiva da Igreja Católica para ações mais ofensivas. Os documentos demonstraram os “perigos” de uma nação laica e a importância do clero nos debates políticos.⁷

As propostas dos líderes eclesiásticos defendiam a necessidade de “restaurar todas as coisas em Cristo” - expressão utilizada por Leão XIII ao se referir ao movimento recatolizador -, pensamento presente nos diversos escritos dos religiosos que apoiavam o projeto de recatolização da sociedade durante a primeira metade do século XX. É importante enfatizar que o movimento de recatolização foi essencialmente urbano, presente nas principais capitais do país.⁸

Moura nos mostra que, por seu espaço de ação, os líderes do movimento tiveram a oportunidade de contar com alguns membros dos centros de ensino do país, a exemplo da Faculdade de Direito do Recife, considerada um dos principais espaços acadêmicos onde se debateu as propostas de reativação das relações entre Igreja Católica e Estado Brasileiro.⁹

É notável que a parceria entre o discurso da Igreja Católica e alguns intelectuais dos centros de estudo e pesquisa do Brasil foi uma das especificidades do movimento de recatolização no país. A colaboração foi importante para inserir as propostas religiosas nos espaços acadêmicos, até então vistos como lugares de combate à religião. Portanto, os diálogos entre Dom Leme, estudantes e professores foram fundamentais para a efetivação de projetos eclesiásticos.¹⁰

Em sua Carta Pastoral de 1916, Dom Leme fez uma avaliação da situação política, econômica e social do Brasil e destacou as possíveis contribuições da Igreja Católica para sanar tais problemáticas. Para o bispo, os males existentes no país eram resultado da ausência

⁵ AZEVEDO, 2006, p.16.

⁶ MOURA, 2012, p.16.

⁷ MOURA, 2012, p.18.

⁸ MOURA, 2012, p.18.

⁹ MOURA, 2012, p.18.

¹⁰ MOURA, 2012, p.18.

de instrução religiosa, que direcionava a sociedade à falta de amor entre homens, ao desprezo da autoridade, à luta injusta entre as diversas camadas sociais e à desmedida ambição dos bens da terra.¹¹

Considerada o documento que trouxe os debates da recatolização para o âmbito nacional e de forma mais efetiva, a Carta Pastoral publicada pelo Arcebispo de Olinda traçou os caminhos de atuação dos religiosos e para a elaboração de projetos contra a laicidade. Entre uma das principais sugestões feitas pelos líderes do movimento, estava a participação dos intelectuais nas atividades socioculturais desenvolvidas pela Igreja.¹²

Para Dom Sebastião Leme, os homens das letras comprometidos com os valores católicos se encontravam desanimados, permitindo, portanto, as atividades dos pensadores de esquerda ou dos intelectuais que defendiam o Estado laico. Para Dom Leme, os intelectuais

Estudam, é verdade, mas em seus estudos prescindem da Religião, abstraem da sua moral, não cogitam da sua elevação e beleza. Obstinam em não entrar nesse templo incomparável de fé, templo e escola onde brilharam em cintilações faiscantes as mais robustas celebrações de que se orgulha a humanidade. (...) São políticos, estadistas e sociólogos e, contudo fogem dessa Religião que única pôde salvar as nações do universal descalabro das coisas. Cientistas, filósofos, historiadores, juristas e sociólogos, todos ignoram a Religião. Que lhes importa o acervo de enevoadas hipóteses em que é fértil a jactância de uma meia ciência?¹³

Exortando a todos os católicos a se movimentarem no sentido de lutar contra o anticlericalismo, Dom Leme afirma que

(...) ao católico não pode ser indiferente que a sua pátria seja ou não aliada de Jesus Cristo. Seria trair a Jesus; seria trair a pátria! Eis por que, com todas as energias de nossa alma de católicos e brasileiros, urge rompamos com o marasmo atrofiantes com que nos habituamos a ser uma maioria nominal, esquecida dos seus deveres, sem consciência dos seus direitos. É grande o mal, urgente é a cura. Tentá-lo – é obra de fé e ato de patriotismo.¹⁴

A justificativa para a ação dos católicos na sociedade é apresentada dentro de uma perspectiva transcendental:

É natural, é cristão, é lógico que devo pôr todo o empenho em que meu Deus seja conhecido e amado. Devo esforçar-me para que se dilate o seu reinado e ele – o meu Jesus – viva e reine, impere e domine nos indivíduos, na família e na sociedade. Devo esforçar-me, em tudo e por tudo, para que o meu Deus, Mestre e Senhor, viva e reine, principalmente, nos indivíduos, na família e na sociedade que, irmanadas

¹¹ LEME, 1916, pp.16-17.

¹² MOURA, 2012, p.19.

¹³ LEME, 1916, pp. 28-29.

¹⁴ LEME, 1916, p. 30.

comigo nos laços do mesmo sangue, da mesma língua, das mesmas tradições, da mesma história e do mesmo porvir, comigo vivem sobre a mesma terra, debaixo do mesmo céu.¹⁵

Nos escritos do líder episcopal, podemos perceber a ênfase dada ao poder da religião para “salvar as nações do universal descabro das coisas”, por isso a necessidade da reafirmação da fé de todos os envolvidos com as ações recatolizadoras¹⁶. Não bastava a ação dos eclesiásticos, os leigos, em especial os intelectuais católicos, também deveriam se comprometer com a causa da Igreja.

Para Dom Leme, os pensadores católicos precisavam ser intelectuais de direita, conservadores das tradições religiosas, nacionalistas e contrários à modernidade do pensamento democrático. Tais indivíduos eram considerados guias das ações da população, utilizando-se da posição social que ocupavam para a legitimidade de seus discursos.¹⁷

De acordo com Edward Said (1935-2003), cada movimento social elabora sua forma de intelectual, responsável por “representar, corporizar, articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude no lugar de atuação”¹⁸. Desta maneira, os líderes do movimento de Restauração Católica colaboraram para a formação de representações de letrados comprometidos com os projetos da Igreja, com a família e com a ordem social, que fizessem valer as determinações da Sé romana que estavam centradas na sacralização da política.¹⁹

Nilo Pereira observou que os intelectuais no início do século XX eram vistos como a medida de todas as coisas. Homens que, com suas propostas, eram considerados donos do saber e do poder social e que, por isso, eram legitimados em suas ações²⁰. Os intelectuais católicos eram considerados responsáveis pela efetivação de ações na esfera pública e pelo reconhecimento dos adversários sociais específicos, colaborando, deste modo, com as propostas da Igreja.²¹

Segundo o filósofo Michel Foucault (1926-1984), os intelectuais necessitam da legitimidade dos seus discursos; suas propostas são ditas a partir da “permissão” dos seus

¹⁵ LEME, 1916, p. 30.

¹⁶ MOURA, 2012, p.20.

¹⁷ MOURA, 2012, p.21.

¹⁸ SAID, 2000, p.28.

¹⁹ MOURA, 2012, p.21.

²⁰ PEREIRA, 1983, p.255.

²¹ MOURA, 2012, p.21.

receptores. Dessa forma, os ouvintes das ideias dos homens das letras têm grande importância para a sua dizibilidade, alinhada ao efeito de sentido decorrente ao momento histórico.²²

É interessante perceber os motivos da erupção dos discursos recatolizadores, pois suas propostas apenas fazem sentido se inseridas em um sistema que permita sua dizibilidade²³. Naquele contexto histórico, o clero necessitava de intelectuais que se comprometessem em dizer aos fiéis leigos o que estes precisavam para tornarem-se católicos ativos e defensores da Igreja.

A forma de atuação de Dom Leme esteve de acordo com as ideias da direita política do início do século XX, com um alto teor de debates socioculturais para o período²⁴. Suas proposições para a organização de uma imprensa católica, formação de centros de estudo em diversos níveis de conhecimento e constituição de espaços de sociabilidade para os pensadores conservadores traduzem seus trabalhos como um intelectual católico que pensou diversos projetos a serem executados por membros da Igreja.²⁵

A Igreja Católica e o contexto político das décadas de 1920 e 1930 no Brasil

Na década de 1920, conforme Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto, a sociedade brasileira viveu um período de grande efervescência e profundas transformações. Nesse período, o país experimentou uma fase de transição cujas rupturas mais drásticas se concretizariam a partir do movimento de 1930.²⁶

Segundo as autoras, o ano de 1922,

(...) aglutinou uma sucessão de eventos que mudaram de forma significativa o panorama político e cultural brasileiro. A Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, o movimento tenentista, a criação do Centro Dom Vital, a comemoração do centenário da Independência e a própria sucessão presidencial de 1922 foram indicadores importantes dos novos ventos que sopravam, colocando em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República.²⁷

Do ponto de vista econômico, a década de 1920 foi marcada por altos e baixos. No início da referida década, o declínio dos preços internacionais do café gerou graves efeitos

²² FOUCAULT, 2005, p.71.

²³ MOURA, 2012, p.21.

²⁴ SIRINELLI, 2003, p.256.

²⁵ MOURA, 2012, pp.21-22.

²⁶ FERREIRA, 2017, p.389.

²⁷ FERREIRA, 2017, p.389.

sobre a economia brasileira, como a alta da inflação e uma crise fiscal sem precedentes, por outro lado também se verificou uma significativa expansão do setor cafeeiro e das atividades a ele vinculadas.²⁸

Passados os primeiros anos de dificuldades, o Brasil conheceu um processo de crescimento expressivo que se manteve até a Grande Depressão em 1929. Para as autoras,

A diversificação da agricultura, um maior desenvolvimento das atividades industriais, a expansão de empresas já existentes e o surgimentos de novos estabelecimentos ligados à indústria de base foram importantes sinais do processo de complexificação pelo qual passava a economia brasileira.²⁹

Somada a essas mudanças no quadro econômico brasileiro processava-se a ampliação dos setores urbanos com o crescimento das camadas médias, da classe trabalhadora e a diversificação dos interesses no interior das próprias elites econômicas. Conforme Ferreira e Pinto, em conjunto essas transformações funcionariam como elementos de estímulo a alterações no quadro político vigente, colocando em questionamento as bases do sistema oligárquico da Primeira República.³⁰

Na década de 1930, o cenário político brasileiro era turbulento. Segundo Carla Luciana Silva, “a historiografia é unânime em afirmar que os anos 30 brasileiros foram anos de crise”³¹. De acordo com Elizabeth Madureira Siqueira, “o quadro da sociedade brasileira entre os anos de 1920 e 1930 vai se caracterizar como agitado e convulsivo, eclodindo, em 1930, com o golpe de Estado implementado por Getúlio Vargas”³².

Naquele período, a elite brasileira “mantinha, sob rígido controle, as classes trabalhadoras - rurais e urbanas -, através do sistema de relações de favor e dependência econômica”³³. Nas décadas de 20 e 30, aumentou a oposição a essa elite. De acordo com Damião Duque de Farias, a classe operária se fez notar “marcando a conjuntura política brasileira e obrigando os demais atores sociais a se posicionarem diante de sua presença”.³⁴

Nesse contexto político surgiram, na década de 20, o Movimento de Restauração Católica e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Este, fundado em março de 1922, “ganharia força e capacidade de articulação, conseguindo tornar-se a principal representação política

²⁸ FERREIRA, 2017, p.389.

²⁹ FERREIRA, 2017, p.389

³⁰ FERREIRA, 2017, p.390.

³¹ SILVA, 2001, p.35.

³² SIQUEIRA, 1990, p.84.

³³ SIQUEIRA, 1990, p.84.

³⁴ FARIAS, 1998, p.30.

operária”³⁵. Aquele, fruto do conservadorismo católico, foi um movimento que “visava garantir a ordem social, restabelecendo o princípio da autoridade contra o princípio da liberdade que marcaria o liberalismo predominante”.³⁶

De acordo com José Simão da Silva Sobrinho, posicionando-se ao lado das classes dominantes, o Movimento de Restauração Católica elegeu o comunismo como seu principal inimigo nas décadas de 20 e 30. O comunismo representou, para os líderes desse movimento, uma ameaça aos interesses da Igreja Católica e dos grupos sociais dominantes.³⁷

Frente à “ameaça comunista”, intelectuais ligados a esse movimento buscaram uma “mútua colaboração entre Estado e Igreja na definição e implementação de um projeto de reordenamento da totalidade da sociedade, visando solucionar a crise nacional, em especial a questão operária ou social, controlando-a”.³⁸

Esse antagonismo entre a classe operária e a elite do Movimento de Restauração Católica se intensificou na década de 30. Naquela época, à frente da esquerda estava o PCB, sob supervisão do *Komintern*³⁹, sediado em Moscou. José Simão da Silva Sobrinho defende que, como estratégia para ter o poder sobre outros grupos também de esquerda, o PCB criou, em 1935, uma frente esquerdista denominada Aliança Nacional Libertadora (ANL), que, liderada por Luís Carlos Prestes, congregou outros partidos de esquerda.⁴⁰

Já Marly Vianna afirma que a ANL é fruto do Comitê Jurídico Popular de Investigação, que foi lançado em 22 de setembro de 1934, surgido a partir das lutas democráticas e liderado pelos tenentes de esquerda descontentes com os rumos da Revolução de 1930. O comitê passou a articular uma grande frente anti-imperialista e anti-integralista, que agrupasse todas as forças e instituições democráticas e que viria a transformar-se na ANL⁴¹. Segundo Vianna, a ANL se articulou fora da iniciativa do PCB, que apoiou a organização sem aderir a ela.⁴²

A ANL foi lançada, a 30 de março de 1935, em grande comício realizado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, ocasião em que o nome de Luís Carlos Prestes foi aclamado

³⁵ FARIAS, 1998, p.30.

³⁶ FARIAS, 1998, p.30.

³⁷ SOBRINHO, 2014, p.146.

³⁸ FARIAS, 1998, p. 36.

³⁹ A Terceira Internacional (1919-1943), também chamada Internacional Comunista ou *Komintern*, foi uma organização internacional fundada em Moscou por Vladimir Lênin, em março de 1919, para reunir os partidos comunistas de diferentes países (cf. AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. Internacionais. In: _____. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012. p.258.)

⁴⁰ SOBRINHO, 2014, p.146.

⁴¹ VIANNA, 2017, p.80.

⁴² VIANNA, 2017, p.81.

como presidente de honra da ANL. O porta-voz da proposta foi o estudante e comunista Carlos Lacerda.⁴³

A Aliança Nacional Libertadora uniu partidos políticos de esquerda, sindicatos, diversas organizações femininas, culturais, estudantis, profissionais liberais e militares⁴⁴. A ANL afirmava ser “uma associação constituída de aderentes individuais e coletivos, com o fim de defender a Liberdade e a Emancipação Nacional e Social do Brasil”⁴⁵.

Por sua atuação, a ANL despertou “os temores da elite, tanto civil quanto militar”⁴⁶. Como assinala Farias, “os políticos e os generais estavam há muito desconfiados da organização dos trabalhadores - as ‘classes perigosas’, como eram conhecidas -”⁴⁷, desconfiança potencializada pela presença do comunismo no cenário político nacional e internacional. O resultado foi a implementação de leis repressivas, como a Lei de Segurança Nacional, a 4 de abril de 1935.

Contudo, entre os membros da organização havia diferenças na compreensão do conteúdo e na forma das lutas promovidas pela ANL. A maior diferença, conforme Vianna, dizia respeito à questão do poder. Os comunistas propunham a tomada do poder por um governo popular, enquanto que os tenentes não falavam em tomada do poder e sua percepção da luta democrática era bastante vaga, concebida principalmente como uma luta pela moralidade dos costumes políticos.⁴⁸

Conforme nos sinaliza Marly Vianna, outros pontos diferenciavam o programa da ANL do programa do PCB, como

o caráter nacional do programa aliancista, que pregava uma ampla união de classes, e não a luta entre elas, como os comunistas. Os tenentes aliancistas viam a luta anti-imperialista, antifeudal e democrática como uma luta de toda a nação, que mudaria o país e seria, inclusive, uma garantia contra ditaduras de esquerda ou de direita.⁴⁹

O historiador Rodrigo Patto Sá Motta observa que o anticomunismo começou a ganhar maior substância na mesma medida em que se dava o processo de expansão, na década de 1930, da influência do PCB e da ANL; a partir da transformação do comunismo em "perigo"

⁴³ VIANNA, 2017, p.81.

⁴⁴ VIANNA, 2017, p.81.

⁴⁵ Estatutos da Aliança Nacional Libertadora, 12 de março de 1935.

⁴⁶ FARIAS, 1998, p. 159.

⁴⁷ FARIAS, 1998, p. 159.

⁴⁸ VIANNA, 2017, p.82.

⁴⁹ VIANNA, 2017, p.82.

real ganharam ânimo e começaram a organizar-se seus adversários, incluindo a Igreja Católica.⁵⁰

Segundo Motta, a "Intentona Comunista", em novembro de 1935, foi a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil. O impacto foi enorme sobre a opinião conservadora, afinal, não era uma rebelião comum: “tratou-se de uma tentativa armada dos comunistas de tomarem o poder, a qual, uma vez bem sucedida, poderia ter provocado grandes transformações na organização social brasileira”.⁵¹

De acordo com a pesquisadora Dulce Pandolfi, o movimento armado de 1935 tinha como objetivo derrubar Vargas do poder e instalar um governo popular, chefiado por Luís Carlos Prestes. Os levantes militares deveriam contar com o apoio do operariado que desencadeariam greves em todo o território nacional⁵². Segundo a autora,

O primeiro levante militar foi deflagrado no dia 23 de novembro na cidade de Natal [Rio Grande do Norte]. No dia seguinte, outra sublevação militar ocorreu em Recife [Pernambuco]. No dia 27, a revolta eclodiu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Sem contar com a adesão do operariado e restrita às cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, a rebelião foi rápida e violentamente debelada.⁵³

Os acontecimentos de novembro de 1935 têm uma importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que foram apropriados e utilizados para consolidar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo. O episódio sofreu um processo de mitificação, dando origem à formação de uma verdadeira legenda negra em torno da "Intentona Comunista".⁵⁴

O levante foi representado como exemplo de concretização das características maléficas atribuídas aos comunistas. Segundo as versões construídas por seus adversários, durante os quatro dias da revolta os seguidores de Prestes teriam cometido uma série de atos condenáveis, considerados uma decorrência necessária dos ensinamentos da "ideologia malsã".⁵⁵

Motta observa que a "Intentona Comunista" possuía característica típica dos mitos modernos, a capacidade de provocar a mobilização social. A partir de então, a propaganda conservadora procurou mobilizar a sociedade contra os "comunistas" através da advertência

⁵⁰ MOTTA, 2002b, p.190.

⁵¹ MOTTA, 2002b, p.190.

⁵² PANDOLFI, 2017, p.32.

⁵³ PANDOLFI, 2017, p.32.

⁵⁴ MOTTA, 2002b, p.192.

⁵⁵ MOTTA, 2002b, p.192.

de que, caso não fossem detidos, eles cometeriam de novo as supostas vilezas praticadas em 1935.⁵⁶

Deste modo, afirma Motta, os discursos e imagens construídos em torno da Intentona tornaram-se um dos principais sustentos do anticomunismo brasileiro, oferecendo suporte político-ideológico para justificar campanhas de repressão contra movimentos inspirados no pensamento da esquerda.⁵⁷

De acordo com Sobrinho, não só a esquerda, mas também a direita estava mais bem articulada na década de 30. Havia novos grupos políticos, e a Igreja Católica estava politicamente mais forte⁵⁸. Ela ganhou mais força com a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB), que visava a “um Brasil cristão baseado numa sociedade disciplinada com pouca tolerância para a ação revolucionária da esquerda”.⁵⁹

A AIB se organizou levando adiante seu programa de combate ao comunismo e ao sistema político liberal, e de defesa dos valores espirituais, da ordem e da disciplina⁶⁰. Dessa maneira, não é difícil imaginar que os católicos eram maioria entre os membros da AIB, pois as agendas políticas dos membros da Igreja e dos integralistas coincidiam.

A pesquisadora Ana Maria Koch nos aponta que, sob o governo provisório de Vargas, as atitudes de dom Leme foram canalizadas para a mobilização das massas e para a participação da elite também nas eleições, especialmente visando o trabalho da Constituinte de 1932⁶¹. Ralph Della Cava aponta que sob essa estratégia foi formada a Liga Eleitoral Católica (LEC), estabelecida no Brasil à semelhança da *Unione Elettorale Cattolica*, criada por Pio XI em 1905 e controlada pela Santa Sé⁶².

Na avaliação do brasilianista Thomas C. Bruneau a LEC obteve sucesso: “nas eleições para a assembleia constituinte de maio de 1933, a maioria dos que foram apoiados pela LEC foi eleita”, e a nova Constituição brasileira – aprovada no mesmo ano em que dom João Becker saudava em discurso a “Marcha triunfal dos fascistas sobre Roma” – contemplou as exigências da LEC. O brasilianista ressalva a relatividade do sucesso católico, pois “a Constituição” foi “talhada conforme as necessidades e prioridades de Vargas”⁶³.

⁵⁶ MOTTA, 2002b, p.193.

⁵⁷ MOTTA, 2002b, p.193.

⁵⁸ SOBRINHO, 2014, p.146.

⁵⁹ FARIAS, 1998, p. 159.

⁶⁰ SOBRINHO, 2014, p.146.

⁶¹ KOCH, 2013, p.293.

⁶² DELLA CAVA, 1975, p.16.

⁶³ BRUNEAU, 1974, p.82.

Para Riolando Azzi, o movimento católico brasileiro, iniciado nos anos 1920 reflete todo um engajamento social e um apelo à participação⁶⁴. A conjuntura histórica, marcadamente da transição, levou a Igreja a reformular o seu papel na sociedade, sob pena de ser marginalizada, conforme nos aponta Mônica Pimenta Velloso.⁶⁵

A emergência de novos valores sociais, políticos, econômicos e intelectuais punham em risco o monopólio exercido até então pelo catolicismo⁶⁶. Ivan Vallier assinala as seguintes mudanças ocorridas na estrutura social latino-americana: o crescimento de uma nova classe trabalhadora urbana, o fortalecimento de centros técnicos e científicos em universidades (secularização da cultura), a emergência de novos e agressivos grupos de interesses que exigem imediata participação social⁶⁷.

Vallier observa que as antigas linhas de poder, influência e *status*, quando não são rompidas, se enfraquecem visivelmente⁶⁸. Velloso nos mostra que os novos movimentos (comunismo e protestantismo), impregnados de dinâmica e de ação militante contra a ordem estabelecida, tomam-se bem mais atraentes e condizentes com a conjuntura de transição dos anos 1920.⁶⁹

Dessa maneira, podemos entender a posição da Igreja Católica à época, e o apontamento de Mônica Pimenta Velloso nos elucidada isso:

Dentro de tal quadro, em que as forças sociais lutavam por impor-se no cenário político nacional, a Igreja assume uma estratégia de autodefesa, que reflete mais a sua perplexidade em face das mudanças sociais, do que o desejo de integrar-se na sociedade moderna. Assim, reforça sua concepção tradicionalista e elitista, parecendo-lhe mais seguro abraçar-se a uma ideologia conservadora como meio de sobrevivência.⁷⁰

Karl Mannheim mostra que a mentalidade conservadora não possui, *a priori*, tendência a teorizar sobre a sua própria posição enquanto mantém domínio sobre a realidade. Somente a partir do momento em que o seu domínio é questionado por classes adversas, passa a sistematizar as bases do seu pensamento, produzindo então reflexões histórico-filosóficas como meio de auto orientação e defesa.⁷¹

⁶⁴ Cf. AZZI, 1978a.

⁶⁵ VELLOSO, 1978, p.120.

⁶⁶ VELLOSO, 1978, p.120.

⁶⁷ Cf. VALLIER, 1965.

⁶⁸ Cf. VALLIER, 1965.

⁶⁹ Cf. VALLIER, 1965.

⁷⁰ VELLOSO, 1978, p.120.

⁷¹ MANNHEIM, 1968, pp.235-253.

Velloso observa que a revista *A Ordem* e o Centro D. Vital (1922) surgiram, num contexto social que tendia a adotar uma cosmovisão cada vez mais agnóstica. A luta que os intelectuais católicos travaram foi no sentido de legitimar-se perante uma sociedade que se afastava da religião católica, combatendo os seus erros políticos e religiosos.⁷²

A autora analisa que o discurso produzido pela Igreja Católica estava de acordo com o pensamento "conservador" europeu - embasado em nos escritos de Donoso Cortés, Charles Maurras, Joseph de Maistre, Antonio Sardinha -, e constituiu um contra-ataque ideológico às investidas de outros grupos sociais ascendentes, a exemplo do comunismo.⁷³

Margareth Todaro ressalta que o discurso do grupo católico reflete todos os anseios da hierarquia eclesiástica, que temia o comunismo, as revoltas, enfim, tudo que depusesse contra a ordem estabelecida. Todaro observa que isto fez com que a Igreja não aprofundasse suas reflexões sobre a realidade brasileira; suas preocupações foram mais no sentido da autodefesa, que se explicita através da ofensiva, a saber: violento combate ao comunismo, tenentismo, espiritismo, protestantismo.⁷⁴

A estratégia de ação da Igreja - baseada na ordem, autoridade e contrarrevolução - não foi de encontro aos interesses do Estado estabelecido a partir de 1930; pelo contrário, efetivou a coalizção de suas forças, conforme nos aponta Monica Pimenta Velloso⁷⁵. Neste contexto, a elite foi chamada a reconverter-se aos princípios do catolicismo sob o lema "saneamento dos saneadores", tendo a missão de difundir esses princípios entre a população no geral.⁷⁶

Segundo Riolando Azzi, a Igreja nos anos 1930 tornou-se força indispensável ao Governo Provisório⁷⁷, e, através de sua ação, mobilizou grande massa de fiéis, demonstrando ao Governo a sua força, não só moral, como política⁷⁸. A parceria entre o Estado e a Igreja foi materializada através da inauguração do Cristo Redentor (12 de outubro de 1931), a coração de Nossa Senhora da Conceição Aparecida como padroeira do Brasil (16 de julho de 1930) e o "atendimento" a algumas reivindicações do clero na Constituição de 1934, tais como o reconhecimento do documento em nome de Deus, a indissolubilidade do casamento, a

⁷² VELLOSO, 1978, pp.120-121.

⁷³ VELLOSO, 1978, p. 121.

⁷⁴ Cf. TODARO, 1971.

⁷⁵ VELLOSO, 1978, p.121.

⁷⁶ VELLOSO, 1978, p.121.

⁷⁷ Período que vai da posse de Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930, até a promulgação da Constituição de 1934.

⁷⁸ Cf. AZZI, 1978b.

assistência religiosa às escolas públicas e a efetivação das ações sociais, conforme aponta Carlos André Silva de Moura.⁷⁹

Conforme observa Mônica Pimenta Velloso, a conjuntura política dos anos 1930 apresentou um Estado envolvido numa série de problemas, inclusive o da legitimidade. Foi neste cenário que a Igreja encontrou um ambiente propício para penetrar na arena política, impondo o seu peso no processo decisório nacional.⁸⁰

Ainda segundo a autora, a Igreja colaborou com o Estado na montagem do projeto sindicalista, embora defendesse a liberdade de sindicalização. O movimento operário católico, pelas suas próprias proposições - repúdio ao comunismo, à luta de classes, defesa da propriedade privada e da necessidade de intervenção estatal na questão social -, adequou-se bem ao regime autoritário-paternalista do governo de Vargas.⁸¹

Mônica Pimenta Velloso assinala que

o movimento católico brasileiro nos anos 1930, apesar de ter-se imposto como força político-social significativa, mostrou-se incapaz de perceber a especificidade da conjuntura ou percebeu-a apenas de forma parcial, no sentido de utilizá-la para ações estratégicas, aproveitou a situação política do momento.⁸²

Dom Sebastião Leme, que defendeu tal estratégia, argumentava efetua-la em nome da "segurança da comunidade católica e paz na Igreja", invocando as virtudes da concessão e compromisso para os católicos que se opunham a Vargas e pretendiam formar um partido católico de oposição. Por isto a Igreja nesse período (pós-1930) consolidou-se como uma forte organização nacional, mostrando-se, porém, incapaz de adaptar-se a uma sociedade industrial mais aberta.⁸³

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. Partido Comunista Brasileiro (PCB). *In: CPDOC*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>>. Acesso em 05 mar. 2018

⁷⁹ MOURA, 2012, p. 27.

⁸⁰ VELLOSO, 1978, p.122.

⁸¹ VELLOSO, 1978, p.122.

⁸² VELLOSO, 1978, p.122.

⁸³ VELLOSO, 1978, p.122.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012a.

_____. *Dicionário histórico de religiões*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012b.

AZEVEDO, Ferdinand. *Procurando sua Identidade: a difícil trajetória do Brasil Setentrional da Companhia de Jesus nos anos 1937 a 1952*. Recife: FASA, 2006.

AZZI, Riolando. O Início da restauração católica no Brasil 1920-30 (I-II). *In: Síntese Política Econômica Social*, n. 10 e 11, 1978a.

_____. O Episcopado brasileiro frente à Revolução de 30. *In: Síntese Política Econômica Social*, n. 12, 1978b.

_____. *A Neocristandade: um projeto restaurado*. São Paulo: Paulus, 1994.

BRUNEAU, Thomas C. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

CANTO-SPERBA, Monique (Org.). *Dicionário de Ética e Filosofia Moral*. V.2. São Leopoldo-RS: UNISINOS, 2003.

DELLA CAVA, Ralph. Igreja e estado no Brasil do século XX. *In: Estudos Cebrap*. n.12, p.5-52, 1975.

ESTATUTOS DA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA, 12 de março de 1935.

FARIAS, Damião Duque de. *Em defesa da ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. *In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 9.ed. (O Brasil Republicano; v.1). pp. 387-415. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

JOHNSON, Jeffrey P. “Juan Donoso Cortés (1809-1853)”. *In: Internet Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <<https://www.iep.utm.edu/donosos/>>. Acesso em 01 mar. 2018

KELLER, Vilma. Carlos Lacerda. *In: CPDOC*. <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-frederico-werneck-de-lacerda>>. Acesso em 05 mar. 2018

KOCH, Ana Maria. Cruzada pela democracia: militantes católicos no Brasil republicano. *In: Revista Brasileira de História*. v.33, n.66. São Paulo: 2013. pp. 287-308

- Lei de Segurança Nacional (LSN). In: CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-7/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional>>. Acesso em 05 mar. 2018
- LEME, Dom Sebastião. *Carta Pastoral Saudando a sua Archidiocese*. Petrópolis-RJ: Typ. Vozes de Petrópolis, 1916.
- MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 8. ed. (O Brasil Republicano; v.2). pp. 39-61. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- MANNHEIM, Karl. Mudanças na configuração da mentalidade utópica: seus estágios nos tempos modernos. In: *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. p.235-53.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002a.
- _____. A “Intentona Comunista” ou a construção de uma legenda negra. In: *Revista Tempo*. v.7, n.13. pp. 189-2017. Rio de Janeiro. jul, 2002b.
- MOURA, Carlos André Silva de. “Restaurar todas as coisas em Cristo”: Dom Sebastião Leme e os diálogos com os intelectuais durante o movimento de recatolização no Brasil (1916-1942). In: RODRIGUES, Cândido Moreira Rodrigues; PAULA, Christiane Jalles de (Orgs.). *Intelectuais e militância católica no Brasil*. Cuiabá: EdUFMT, 2012. pp. 15-44.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 8. ed. (O Brasil Republicano; v.2). pp. 13-37. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- PEREIRA, Nilo. *Pernambucanidade*. Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, v.1. 1983.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1945-1964*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.
- _____. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos estados Unidos e no Brasil nos anos da guerra fria. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002.

- SAID, Edward. *Representações do intelectual: as palestras de Reith de 1993*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *O processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: Guaicurus, 1990.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. pp. 231-269.
- SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- SOBRINHO, José Simão da Silva. Imprensa Católica e formação política e social do Brasil. In: *Letras*, Santa Maria, v.24, n.48, pp.143-155. Jan./jun. 2014.
- TODARO, Margareth Patrice. *Pastors, prophets and politicians; a study of brazilian church, 1916-45*. Columbia University, Ph.D. 1971.
- VALLIER, Ivan. Religions elites in Latin America; catholicism, leadership and social change. In: *America Latina*. Rio de Janeiro: Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais. v.8, n.4. pp.93-115, out./dez. 1965.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica. In: *Revista de Ciências Políticas*. v. 23, n.3, pp 117-160, jul./set. 1978.
- VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. (O Brasil Republicano; v.2). pp. 63-105.